PROJETO DE LEI Nº 011/2021, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa **X TECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI**, por mais 12 (doze) meses, o incentivo financeiro concedido nos termos do inciso III do art. 4º e, amparado no §4º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.144/2013 e suas alterações, e dá outras providências.

GILMAR LUIZ SOUTHER, PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à empresa **X TECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.183.564/0001-78, que tem sede na Rua Friedholt Majolo, nº 152, Centro, município de Travesseiro, RS, por mais 12 (doze) meses, o incentivo financeiro concedido nos termos do inciso III do art. 4º e, amparado no §4º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.144/2013 e suas alterações.

Art. 2º – O incentivo autorizado pelo artigo 1º desta Lei constituir-se-á no pagamento do valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para custeio de despesas de aluguel, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Municipal nº 1.144/2013 e suas alterações.

Art. 3º – Todas as condições e obrigações decorrentes desta Lei serão objeto de novo contrato de incentivos a ser firmado entre as partes.

Parágrafo único – Mesmo que não constem no contrato, a empresa beneficiada deverá observar todas as obrigações da Lei Municipal nº 1.144/2013 e suas alterações.

Art. 4º – O pagamento do incentivo será efetivado mediante a apresentação prévia do recibo de pagamento do aluguel quitado, diretamente à incentivada.

Art. 5º – Caso a empresa incentivada não cumpra com as obrigações assumidas, o incentivo recebido deverá ser restituído ao Município de acordo com as disposições da Lei nº 1.144/2013 e do contrato de incentivos, cuja minuta integra a presente Lei.

Art. 6º – Para cobertura das despesas geradas por esta Lei é indicada a dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Anual, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais com a classificação e utilização dos recursos de acordo com a Lei nº 4.320/64.

Art. 7º – Em decorrência dos artigos anteriores, fica incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, Lei nº 1.613/2020, de 09 de setembro de 2020, a seguinte Ação/Programa e Objetivo:

04.01 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
AÇÃO/PROGRAMA 0401-004: Incentivo à Indústria, Agroindústrias, ao Comércio e Serviços do Município de Travesseiro;

OBJETIVO: Estabelecer a política de incentivos à instalação, ampliação ou manutenção de estabelecimentos industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, considerando, especialmente, a função social, decorrente da geração de empregos e renda, e a expressão econômica, decorrente da manutenção das atividades empresariais e da geração de renda própria.

RECURSOS: Próprios – R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS, em 04 de março de 2021.

GILMAR LUIZ SOUTHER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Data Supra

PEDRO HENRIQUE FINGER

Secretário da Administração e Finanças

MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 011/2021, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

**Senhor Presidente,
Senhores(as) Vereadores(as):**

Pelo presente estamos encaminhando o Projeto de Lei nº 011/2021, no qual solicitamos a prorrogação do prazo do pagamento de aluguel para a empresa X Tech Comércio de Alimentos Eireli.

O interesse em prorrogar o prazo por mais 12 meses, justifica-se à medida que a empresa gerará um aumento significativo no faturamento, de acordo com as suas metas propostas no início, assim como na geração de empregos.

A geração e a manutenção dos postos de trabalho é fator relevante nestas épocas de pandemia, e por consequência de crises econômicas e de altos índices de desemprego, funcionando como meio de estimular a economia local, aumentar a renda familiar e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No caso, a participação do Poder Público, como agente de fomento, é decisiva para a continuidade da empresa em nosso Município, que vem demonstrando capacidade de crescimento econômico e com perspectivas de aumento dos postos de trabalho, constituindo relevante função social.

Assim, diante de tais condições, resolvemos submeter a matéria à apreciação dessa Casa Legislativa, com o objetivo de ampliar a concessão do incentivo pelo prazo de 12 (doze) meses.

As demais disposições legais e condições contratuais permanecerão inalteradas.

Solicitamos que a matéria apresentada seja apreciada e aprovada, face à sua relevância social e econômica, num momento de extrema dificuldade que todos os segmentos da sociedade vêm enfrentando.

Atenciosamente,

GILMAR LUIZ SOUTHER
Prefeito Municipal

MINUTA DO CONTRATO DE INCENTIVOS Nº xxx/2021

O **MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 94.706.124/0001-30, com sede na Rua Vinte de Março, nº 337, Bairro Centro, na cidade de Travesseiro, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gilmar Luiz Southier, inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, e, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na Rua, nº, na cidade de, RS, neste ato representada por seu, Sr., inscrito no CPF sob o nº, doravante denominada simplesmente de **INCENTIVADA**, resolvem firmar o presente Contrato, autorizado pelas Leis Municipais nº 1.144/2013 e nº/2021, que observará as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente convênio tem por objeto a concessão de incentivo à **INCENTIVADA** constituído em incentivo financeiro de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para pagamento de aluguel do prédio localizado na Rua....., pelo período de 12 (doze) meses, totalizando R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), nos termos do inciso III, e §4º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.144/2013 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA. O incentivo será concedido em parcelas mensais e consecutivas, a partir do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato, sendo que o pagamento será realizado diretamente à **INCENTIVADA** mediante a apresentação dos recibos devidamente quitados do pagamento aluguel.

CLÁUSULA TERCEIRA. A **INCENTIVADA** se compromete em atender ao que dispõe as Leis Municipais nº 1.144/2013 e nº/2021, ficando obrigada a:

- a) manter, no mínimo, 05 (cinco), e ampliar para 08 (oito) postos de trabalho, especificados no projeto apresentado para pleitear incentivos;
- b) providenciar o devido licenciamento ambiental para a atividade a ser desenvolvida;
- c) observar as condicionantes ambientais previstas na Licença de Operação do empreendimento;
- d) cumprir os termos do projeto encaminhado para pleitear benefício concedido, principalmente quanto à criação de novos empregos e as previsões de aumento de faturamento;
- e) permanecer em atividade pelo prazo de 05 (cinco) anos após a concessão da última parcela do incentivo;

CLÁUSULA QUARTA. A **INCENTIVADA** deverá prestar contas, previa e mensalmente, do incentivo, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - ofício de encaminhamento da prestação de contas;
- II – recibo de pagamento de aluguel, devidamente quitado;
- III – GFIP do mês de competência do aluguel, acompanhada da relação de empregados;
- IV – certidões negativas de débitos fiscais (federal, estadual, municipal e FGTS) dentro do prazo de validade.

Parágrafo único. Poderá o **MUNICÍPIO**, mediante comunicação escrita, solicitar à **INCENTIVADA** a apresentação de outros documentos que sejam considerados indispensáveis

à apreciação da prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA. O cumprimento das metas pela INCENTIVADA e suas atividades serão objetos de fiscalização e acompanhamento pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pelo MUNICÍPIO, a INCENTIVADA deverá apresentar os dados necessários ao acompanhamento do cumprimento das metas acordadas, inclusive os livros fiscais.

CLÁUSULA SEXTA. Caberá à INCENTIVADA o cumprimento de todas as legislações pertinentes, especialmente as de proteção ao meio ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA. No caso de descumprimento das disposições previstas nas Leis Municipais nº 1.144/2013 e/2021, bem como dos termos do presente contrato, a INCENTIVADA poderá ter, após regular notificação e abertura de prazo para defesa, o contrato rescindido e o incentivo cassado, sem que lhe caiba qualquer indenização.

Parágrafo único. Além dos casos elencados no *caput* da Cláusula Sétima, são consideradas situações que podem acarretar a rescisão do contrato e cassação do incentivo:

- a) descumprimento de cláusulas acordadas;
- b) cumprimento irregular de cláusulas acordadas;
- c) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- d) decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- e) dissolução da sociedade ou fechamento da CONVENIADA;
- f) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução dos termos do convênio;
- g) razão de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificada e determinada pelo Chefe do Poder Executivo, exarada no competente processo administrativo;
- h) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do convênio.

CLÁUSULA OITAVA. A rescisão do contrato, a cassação do incentivo, a irregularidade na prestação de contas ou qualquer descumprimento das obrigações contidas neste instrumento, na Lei nº 1.144/2013 ou na Lei nº/2021 acarretará na obrigação de ressarcimento do incentivo recebido, reajustado com base no IGPM/FGV, ou outro índice que vier substituí-lo, acrescido de juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data de seu pagamento.

CLÁUSULA NONA. A cláusula de reversão do incentivo poderá ser levantada pela INCENTIVADA mediante indenização do valor do incentivo concedido, a qualquer época, por seus valores corrigidos pelo IGP-M/FGV, ou outro índice que vier substituí-lo, acrescidos de juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, a contar do efetivo pagamento do montante do incentivo.

CLÁUSULA DÉCIMA. O presente contrato passa a vigorar no dia da sua assinatura, produzindo efeitos até a data em que a INCENTIVADA cumpra o prazo mínimo de permanência de suas atividades exigido pela Lei Municipal nº 1.144/2013, conforme disposição contida na alínea “e” da Cláusula Terceira deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. As despesas decorrentes do presente convênio serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

.....
.....
.....
.....

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Fica fazendo parte integrante deste instrumento as condições e propostas apresentadas do projeto de solicitação de incentivo e os demais termos do processo administrativo nº 166/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As partes elegem o foro da Comarca de Arroio do Meio para a solução de quaisquer divergências ou conflitos oriundos do presente convênio, não resolvidos administrativamente.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente convênio, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Travesseiro, xx de xxxxxxxxxxx de 2021.

MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: